



INFORMATIVO

SETEMBRO | 2023

podemos

CÂMARA

PÁG. 4

APROVADO RELATÓRIO DO DEPUTADO DR. VICTOR LINHALIS AO PL QUE CRIA O BANCO NACIONAL DE COMBATE AO CÂNCER

PÁG. 14

Líder reforça compromisso com a prevenção ao
suicídio e o acesso à saúde mental

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
Deputado Federal Fabio Macedo (MA)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Fábio de Souza Oliveira

Secretário Nacional de Comunicação:
Marcus Deois

Direção Geral:
Alisson Esteves

Jornalista Responsável:
Marília Jardim

Revisão Geral:
Daniel Roriz

Diagramação e Arte:
Maura Mosquera

Colaboradores:
Fabiola Salvador, Gabriel Tiveron, Marcilene Maia, Brunna Moraes, Tullio Damin Da Sois, Elloá Urbano, George Pacífico, Brenda Rodrigues, Vicente Bezerra, Ana Luiza Iacomini, Vinicius Loures, João Rafael, Samuel Sudré, Raquel Vasconcelos, Rafaella Panceri, Gabriel Cruz, Tikko Maciel, Sérgio Lima e Robert Alves.

SUMÁRIO

- 4** Aprovado relatório do deputado Dr. Victor Linhalis ao PL que cria o Banco Nacional de Combate ao Câncer
- 6** “Segurança nas escolas é um problema que não pode cair no esquecimento”, reforça Gambale
- 8** Raimundo Costa articula investimentos que beneficiarão 100 mil famílias de pescadores em todo Brasil
- 10** Virou lei proposta de Gilson Daniel para reforçar fundo para prevenção de calamidades e desastres
- 12** Programa Nacional de Prevenção à Depressão está em apreciação no Senado
- 14** Líder reforça compromisso com a prevenção ao suicídio e o acesso à saúde mental
- 16** Atuação de Igor Timó nas CPIs das Pirâmides Financeiras e de Manipulação dos Resultados de Partidas é destaque na Câmara dos Deputados
- 18** Mauricio Marcon enfrenta oligopólio rodoviário e defende liberdade econômica
- 20** Autora da Lei da Importunação Sexual, Renata Abreu destaca impactos positivos na sociedade
- 22** Sargento Portugal quer 8 anos de prisão para maus-tratos a animais
- 24** Aprovado projeto que reduz em 50% contribuição previdenciária dos municípios
- 26** ARTIGO: Incluir todos, excluir ninguém
- 28** Bruno Ganem comemora dupla vitória na Câmara dos Deputados em prol da causa animal
- 30** ARTIGO: IVA 5.0 será o grande diferencial na modernização do sistema tributário
- 32** Ruy defende transparência nas filas de cirurgias e procedimentos médicos do SUS; deputado relata projeto sobre o tema
- 34** ARTIGO: Turismo no Brasil: apesar dos desafios, o momento é de otimismo



“O principal objetivo do projeto é proporcionar maior acesso a tratamentos experimentais no combate ao câncer, uma das doenças que mais afeta a população mundial”

APROVADO RELATÓRIO DO DEPUTADO DR. VICTOR LINHALIS AO PL QUE CRIA O BANCO NACIONAL DE COMBATE AO CÂNCER

Foi aprovado na terça-feira (15), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, o relatório elaborado pelo deputado federal Dr. Victor Linhalis pela legalidade do Projeto de Lei nº 4.615, de 2019, de autoria do deputado Maurício Dziedricki, que propõe a criação do Cadastro Nacional de Pesquisa em Drogas Experimentais para o Tratamento do Câncer, também conhecido como “Banco Nacional de Combate ao Câncer”.

O relatório, apresentado pelo deputado Dr. Victor Linhalis, analisou detalhadamente os aspectos do projeto e as recomendações das comissões envolvidas.

O principal objetivo do projeto é proporcionar maior acesso a tratamentos experimentais no combate ao câncer, uma das doenças que mais afeta a população mundial. Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer, cerca de 225 mil pessoas morrem a cada ano no Brasil em decorrência dessa doença.

O Cadastro Nacional de Pesquisa em Drogas Experimentais para o Tratamento do Câncer tem como propósito divulgar de maneira sistemática os protocolos abertos de pesquisa de drogas experimentais relacionadas à oncologia que foram validados pelas normas éticas médicas. Isso permitiria que profissionais de saúde, pacientes e

a população em geral tenham acesso a informações relevantes sobre essas pesquisas e tratamentos.

O projeto também aborda a disponibilização dessas informações ao público em geral, especialmente a profissionais de saúde previamente registrados e às Centrais de Regulação de Consultas de cada estado. A organização e manutenção do cadastro seriam de responsabilidade dos Ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia.

O relator do projeto, deputado Dr. Victor Linhalis, afirmou em seu voto que o projeto é constitucional e jurídico em sua essência. No entanto, ele propôs a supressão de alguns artigos que atribuem competências a órgãos da administração direta do Poder Executivo, como os Ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia, por violar o princípio da separação dos Poderes.

O projeto segue em discussão no Congresso Nacional, e seu destino será determinado pelas análises e debates nas comissões responsáveis. Se aprovado, poderá ter um impacto significativo no acesso a tratamentos experimentais para pacientes com câncer, oferecendo novas esperanças na luta contra essa doença devastadora.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

“SEGURANÇA NAS ESCOLAS É UM PROBLEMA QUE NÃO PODE CAIR NO ESQUECIMENTO”, REFORÇA GAMBALE

O deputado federal Rodrigo Gambale, do Podemos São Paulo, assumiu a missão da pauta da segurança nas escolas desde de 2019, quando era deputado estadual. Durante seu primeiro mandato, protocolou o Projeto de Lei 328/19, que estabelece o programa de segurança escolar. De acordo com o projeto, cada escola deve contar com um policial militar fardado e armado durante todo o seu horário de funcionamento. Atualmente, como deputado federal, Gambale levou essa missão para o Congresso Nacional, onde usou a tribuna para solicitar o apoio dos demais parlamentares para essa causa tão relevante em nosso país, que enfrenta inúmeros desafios diante dos vários ataques ocorridos nas escolas.

O parlamentar ressaltou que, hoje, o ambiente escolar no Brasil precisa ser seguro para as pessoas que trabalham e para as crianças e jovens que assim o frequentam. “Escola é um lugar para se aprender, se desenvolver, conviver em sociedade e se preparar para a vida. Escola não é lugar para nenhum tipo de violência.”

Com essa luta contínua, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) Política de Combate à Violência nas Escolas Brasileiras, do qual o deputado faz parte como membro. Esse grupo foi instituído com o propósito de analisar e debater mecanismos de combate à violência nas escolas brasileiras. O objetivo é fazer levantamento dos principais fatores que ensejam situações de violência em ambiente escolar na educação básica e prospecção de protocolos e demais medidas preventivas que possam ser efetivas para a mitigação desse cenário.

A luta por seguranças nas escolas está ganhando força no Congresso Nacional, e juntos faremos com que sejam aprovados projetos e práticas eficazes em nosso país.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“Escola é um lugar para se aprender, se desenvolver, conviver em sociedade e se preparar para a vida. Escola não é lugar para nenhum tipo de violência”

A close-up portrait of a middle-aged man with grey hair, wearing a dark grey suit, a light blue striped shirt, and a red patterned tie. He is looking slightly to the right with a calm expression. The background is blurred, showing other people in a crowd.

“Trabalho, dedicação, resiliência e comprometimento gerando resultados para todos”

RAIMUNDO COSTA ARTICULA INVESTIMENTOS QUE BENEFICIARÃO 100 MIL FAMÍLIAS DE PESCADORES EM TODO BRASIL

O valor de investimentos na área da pesca e aquicultura na Bahia pode chegar a R\$ 60 milhões nos próximos anos. Mais de 100 mil famílias serão beneficiadas. A iniciativa é do deputado federal Raimundo Costa (Podemos-BA), defensor da categoria no Congresso Nacional e reeleito majoritariamente pela classe pesqueira.

A pesca artesanal é considerada uma atividade de força na cultura e economia da Bahia. De acordo com dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), no Brasil existem mais de um milhão de pescadores artesanais credenciados, só na Bahia são mais de 131 mil pescadores.

Segundo Raimundo Costa, mais de 100 mil famílias baianas serão beneficiadas através dos recursos aplicados. “Trabalho, dedicação, resiliência e comprometimento gerando resultados para todos”.

Relembrando os primeiros anos de mandato, Raimundo da Pesca, como é conhecido, contou como foi vivenciar uma pandemia que dificultou a aplicação de recursos. “Tivemos a pandemia e pouco tempo para conseguir aplicar os recursos. Hoje, estamos em uma nova etapa do nosso mandato de deputado federal, bem diferente do primeiro”, destacou. “Ficou um saldo de recursos no Governo Federal e Estadual dos anos de 2019 a 2022, que são mais de R\$ 11 milhões em kit pesca, laboratório, veículos, freezer, entre outros itens. Sem contar o que conseguimos entregar durante esse período”, contou.

Graças à articulação do parlamentar baiano junto ao poder público, foi possível conquistar políticas públicas para desenvolver o trabalho no estado. “Nesse novo mandato,

já disponibilizamos mais de R\$ 12 milhões entre reformas de sedes das entidades, encontro estadual dos pescadores, assistência técnica, ração, gaiolas, equipamentos, kits de pesca, veículos, fábrica de gelo, freezer, Censo da Pesca, implantação do Sistema de Gestão e Recadastramento dos pescadores das entidades para 2023. Nesse ano vamos investir na pesca artesanal da Bahia R\$ 23 milhões”.

INVESTIMENTOS FUTUROS

A intenção para os próximos anos é somar aos investimentos já feitos no setor pesqueiro mais R\$ 30 milhões em recursos. “Se Deus permitir, queremos aplicar, ao todo, R\$ 60 milhões na pesca e aquicultura”, revelou Raimundo.

Para que Colônias, Associações e demais entidades possam receber os investimentos através da Federação dos Pescadores do Estado da Bahia - FEPESBA é necessário apresentar cópias escaneadas dos Registros Atualizados nos órgãos federais, estaduais e municipais. Assim como Atas conforme o estatuto das entidades e documentos que se fizerem necessários.

Raimundo relembra para o prazo de envio. “Se a entidade não apresentar os documentos e informações solicitadas pela FEPESBA para a elaboração dos projetos, não poderá ser beneficiada”, e finaliza: “São investimentos nunca vistos na história da pesca da Bahia e do Brasil realizados por um deputado”.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

VIROU LEI PROPOSTA DE GILSON DANIEL PARA REFORÇAR FUNDO PARA PREVENÇÃO DE CALAMIDADES E DESASTRES

No Dia do Meio Ambiente foi publicada a sanção da Lei 14.691/2023, originária do Projeto de Lei 920/2023, do deputado Gilson Daniel (Podemos-ES), e que promove mudanças na destinação de recursos financeiros advindos do pagamento de multas por crimes e infrações ambientais, bem como de acordos judiciais e extrajudiciais de reparação de danos socioambientais.

A nova legislação reverte metade dos valores arrecadados com o pagamento de multas por infração ambiental aplicadas pela União ao Fundo Nacional do Meio Ambiente. Este percentual poderá ser alterado a critério dos órgãos arrecadadores, o que possibilita uma maior flexibilidade na alocação de recursos conforme a necessidade.

Além disso, a Lei 14.691/2023 também inclui entre os recursos destinados ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap), voltado à prevenção de desastres naturais, doações e auxílios das pessoas naturais ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Mas o governo vetou um percentual específico para o Funcap, alegando que isso poderia comprometer os objetivos

relacionados aos acordos por infrações ambientais e violar a autonomia financeira dos entes federativos, conforme previsto na Constituição.

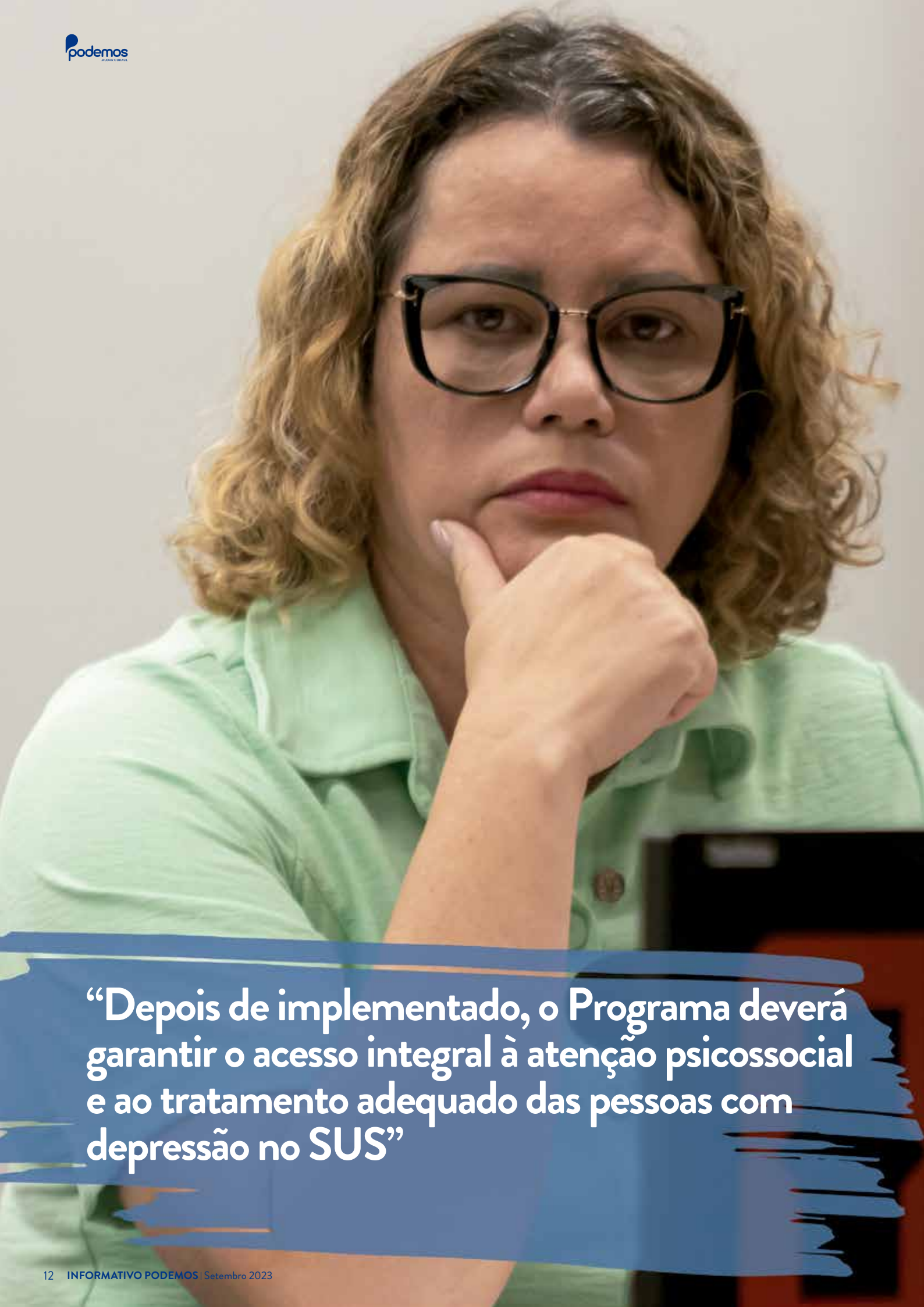
Em maio deste ano, o deputado Gilson Daniel e outros parlamentares lançaram a Frente Parlamentar de Gestão do Risco e Desastres e Cooperação Humanitária e apresentou o Projeto de Lei nº 920/23, que também pretendia destinar parte das arrecadações de multas e acordos judiciais ao Funcap, com o objetivo de fortalecer a prevenção e resposta a desastres naturais.

“Estamos despertando nos municípios um olhar diferente: vamos discutir emergência fora do período de emergência. As cidades terão um olhar de planejamento para tentar evitar ao máximo as tragédias e, quando acontecer alguma emergência na cidade, as equipes estarão preparadas, com recursos, para atender prontamente a população naquilo que ela precisa e salvar vidas”, afirmou Gilson Daniel à época do lançamento do colegiado.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“As cidades terão um olhar de planejamento para tentar evitar ao máximo as tragédias e, quando acontecer alguma emergência na cidade, as equipes estarão preparadas, com recursos”



“Depois de implementado, o Programa deverá garantir o acesso integral à atenção psicossocial e ao tratamento adequado das pessoas com depressão no SUS”

PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À DEPRESSÃO ESTÁ EM APRECIACÃO NO SENADO

“Se precisar, peça ajuda” é o lema da campanha Setembro Amarelo de 2023, realizada no Brasil há quase uma década com o objetivo de dar visibilidade para questões ligadas à saúde mental e prevenir o suicídio. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram, em 2019, revelam que, no mundo, mais de 700 mil pessoas tiraram a própria vida, uma a cada 100 mortes registradas.

No Brasil, em 2022, foram mais de 16 mil suicídios, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, sendo que, quase 97% dos casos, estão ligados a transtornos mentais, principalmente à depressão, segundo o Ministério da Saúde.

Considerada um problema grave de saúde pública, a depressão foi tema de debate na Câmara dos Deputados, onde foi aprovado o substitutivo do projeto de lei que cria o Programa Nacional de Prevenção à Depressão, de relatoria da deputada Nely Aquino, de Minas Gerais.

Acesso integral à atenção psicossocial e ao tratamento adequado no Sistema Único de Saúde (SUS), com prioridade para as ações preventivas, são diretrizes do Programa que, para ser implementado, ainda precisa ser aprovado pelo Senado.

Promover ações de prevenção à depressão; realizar campanhas educativas, permanentes e especiais na Semana Nacional de Conscientização sobre a Depressão para esclarecer sobre os diversos aspectos envolvidos, voltadas principalmente para crianças e adolescentes; promover a educação continuada dos profissionais de saúde no cuidado da pessoa com depressão e outros

distúrbios mentais; garantir informação e acesso aos serviços especializados de saúde aos portadores de transtornos depressivos; apoiar familiares e pessoas próximas do portador de depressão e celebrar acordos e convênios para a pesquisa e o desenvolvimento de estratégias terapêuticas no combate à depressão e para o diagnóstico precoce, são alguns dos objetivos previstos no texto do substitutivo do Projeto de Lei 4.712/2019, que cria o Programa Nacional de Prevenção da Depressão, de autoria do líder do Podemos, Fabio Macedo (MA).

Para Nely, a depressão deve ser tratada como prevenção ao suicídio. “Quadros de depressão em que o paciente sente maior agitação mental, desespero, angústia e comportamentos impulsivos são os que merecem mais atenção, segundo especialistas. Depois de implementado, o Programa deverá garantir o acesso integral à atenção psicossocial e ao tratamento adequado das pessoas com depressão no SUS, com prioridade para as ações preventivas”, aponta.

A deputada acrescenta ainda que a depressão quando é grave, não se cura sozinha e cabe ao poder público oferecer as condições adequadas para melhorar o arcabouço legal que expõe a necessidade de políticas públicas eficientes na área da saúde pública para prevenção.

A Semana Nacional de Conscientização sobre a Depressão será celebrada anualmente na semana que compreende o dia 10 de outubro.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

LÍDER REFORÇA COMPROMISSO COM A PREVENÇÃO AO SUICÍDIO E O ACESSO À SAÚDE MENTAL

Setembro é dedicado à conscientização sobre a importância da saúde mental e à prevenção ao suicídio. Em relação ao tema, o líder do Podemos na Câmara, deputado Fabio Macedo, demonstra seu firme compromisso ao apresentar três projetos de lei voltados para a promoção da saúde mental e o combate ao estigma relacionado à depressão e ao suicídio.

Ele propôs a criação do “Programa Nacional de Prevenção da Depressão” e o “Dia Nacional da Conscientização sobre a Depressão”. A medida representa um passo significativo na luta contra o estigma que muitas das vezes envolvem questões de saúde mental, ao mesmo tempo em que promove um entendimento mais amplo e compassivo da depressão.

O deputado é autor do Projeto de Lei 1056/2023, que altera a Lei nº 13.819, de 2019, com o objetivo de regulamentar a divulgação de informações jornalísticas sobre casos de suicídio e de tentativa de suicídio. A intenção é tratar

esse assunto com responsabilidade e sensibilidade, evitando sensacionalismo e, ao mesmo tempo, oferecendo informações que possam ajudar na prevenção dessas tragédias.

Em um esforço para fortalecer a capacidade da sociedade em lidar desde cedo com questões de saúde mental, o deputado propôs o Projeto de Lei 711/2023, que solicita a alteração da Lei nº 13.722, de 2018, para tornar obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros em saúde mental para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica, bem como de estabelecimentos de recreação infantil. Essa medida visa preparar educadores para identificar e apoiar alunos que possam enfrentar desafios de saúde mental, criando um ambiente escolar mais seguro e acolhedor.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

A portrait of a man with a beard and mustache, wearing a blue suit, white shirt, and a blue and red striped tie. He is looking directly at the camera with a serious expression. A blue brushstroke graphic is at the bottom of the image, containing white text.

“A medida representa um passo significativo na luta contra o estigma que muitas das vezes envolvem questões de saúde mental”

A man with dark hair, wearing a blue suit jacket, a white shirt, and a purple and white striped tie, is speaking into a black microphone. He is holding the microphone with his right hand and has his left hand on his chest. The background is dark with vertical white lines.

“Estou comprometido em garantir que todos os consumidores prejudicados no país tenham seus direitos reparados”

ATUAÇÃO DE IGOR TIMO NAS CPIs DAS PIRÂMIDES FINANCEIRAS E DE MANIPULAÇÃO DOS RESULTADOS DE PARTIDAS É DESTAQUE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O deputado federal Igor Timo, do Podemos Minas Gerais, se destaca como um parlamentar que atua sempre em defesa dos direitos da população. Exemplo disso está evidente nas contribuições que o deputado prestou nas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) das Pirâmides Financeiras e a de Manipulação de Resultados em Partida de Futebol.

Elas apuraram os crimes contra o futebol brasileiro e os prejuízos causados pela 123 Milhas, empresa de venda de passagens aéreas, que atingiu milhares de brasileiros.

A agência de viagens entrou na mira da CPI após anunciar a suspensão da venda e da emissão de novas passagens da sua linha promocional. A notícia afetou os usuários que compraram pacotes para os meses de setembro a dezembro, deste ano.

Diante do anúncio, os consumidores viram seus sonhos desmoronarem.

“Estou comprometido em garantir que todos os consumidores prejudicados no país tenham seus direitos reparados. É dever da 123 Milhas ressarcir todos os danos causados. Não é só os valores investidos que estão em jogo, são sonhos de centenas de famílias, vamos apurar para que ninguém fique no prejuízo”, esclareceu o deputado.

Entre as medidas recentes propostas na CPI, foi aprovada a quebra de sigilo bancário e fiscal das oito empresas que compõem a holding da 123Milhas e dos sócios da companhia e da própria 123, a fim de ampliar a investigação.

FUTEBOL

Já na CPI de Manipulação de Resultado em Partidas de Futebol, Igor trouxe à tona uma realidade preocupante. Apontou que o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking mundial em manipulação de resultados de futebol.

“Isso abala não apenas a nossa principal paixão brasileira, mas também a integridade do esporte em escala global. É crucial que a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) combatam esse ato criminoso que ameaça à integridade do esporte”, concluiu o parlamentar que atua na Comissão para apurar com rigor este crime.

A CPI que investiga o futebol foi criada em abril deste ano. As apostas esportivas vão além de tentar adivinhar o resultado de um jogo.

Elas foram arquitetadas para apostar, por exemplo, qual time de futebol terá mais escanteios ou até qual equipe receberá um número específico de cartões amarelos ou vermelhos. É desta forma que as quadrilhas agem.

A falta de regulamentação do setor ainda deixa lacunas para que fraudes como estas ocorram.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

MAURICIO MARCON ENFRENTA OLIGOPÓLIO RODOVIÁRIO E DEFENDE LIBERDADE ECONÔMICA

Para além das atuações destacadas na CPMI dos Atos do 8 de Janeiro e do protagonismo em Plenário ao denunciar os avanços do Poder Judiciário sobre as competências do Poder Legislativo, mormente quanto à descriminalização do porte de drogas e do aborto, o mês de setembro do deputado Mauricio Marcon centrou-se em um tema fundamental: a liberdade econômica.

Titular na Comissão de Viação e Transportes, Marcon presidiu, no dia 12 de setembro, uma Audiência Pública sobre a atual proposta de um novo marco regulatório para o transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros (TRIP), convocada por requerimento do parlamentar.

A inclusão de novos critérios para o exercício da atividade levantou sérias preocupações não somente no Parlamento, mas também por parte de especialistas no tema e dos próprios servidores da agência responsável pela regulamentação, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Desde 2019, quando da entrada em vigor do novo regime autorizativo para o setor e da consequente abertura do mercado a novos concorrentes, a agência vem sofrendo com a interferência política ligada às empresas dominantes do setor. O resultado foi uma nova legislação dotada de critérios restritivos à outorga de novas autorizações, agora dependentes do novo marco regulatório para a finalização do processo.

“Fica muito claro que há uma proteção do mercado e a ANTT não deve ter esse papel: ela deve proteger as pessoas, e não as empresas”, avalia o deputado. O tempo é curto, mas o enfrentamento é necessário – e a condução do debate por Marcon somente reforça o seu comprometimento com o avanço da liberdade econômica no país.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“Fica muito claro que há uma proteção do mercado e a ANTT não deve ter esse papel: ela deve proteger as pessoas, e não as empresas”



“Ser mulher no Brasil é um desafio diário. Além do preconceito que enfrentamos, situações de violência e assédio são cotidianas”

AUTORA DA LEI DA IMPORTUNAÇÃO SEXUAL, RENATA ABREU DESTACA IMPACTOS POSITIVOS NA SOCIEDADE

A Lei 13.718/2018, de autoria da deputada Renata Abreu, comemorou 5 anos no dia 24 de Setembro e constitui importante avanço na legislação brasileira ao tipificar a importunação sexual como crime. A medida se consolidou como uma ferramenta importante de proteção às mulheres no Brasil. Dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mostram aumento de 53% no número de processos abertos no primeiro semestre de 2023, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Informações do Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que o número de ocorrências identificadas dessa maneira também cresceu no país.

O Projeto 8476/2017, que deu origem à lei, foi apresentado pela deputada após o caso de um homem que ejaculou em uma passageira em um veículo de transporte público em São Paulo repercutir nacionalmente e expor a necessidade de rever a legislação para esse tipo de ato, até então considerado apenas contravenção penal. A proposta apresentada por Renata Abreu determina pena de até 5 anos de reclusão para o crime de importunação sexual e foi aprovada por unanimidade na Câmara e Senado Federal, tornando-se lei em 24 de setembro de 2018.

“Ser mulher no Brasil é um desafio diário. Além do preconceito que enfrentamos, situações de violência e assédio são cotidianas. Há 5 anos, um ato libidinoso como aquele que ocorreu em um ônibus em São Paulo era mera contravenção penal. Em um momento já de muita fragilidade, a mulher ainda era desestimulada a denunciar porque sabia que o agressor não seria punido como deveria. Hoje, com a nossa lei, isso mudou, e os números mostram esse avanço”, reforça a deputada.

Agora, Renata Abreu quer ampla divulgação sobre os benefícios da Lei da Importunação Sexual. Para impedir que o crime fique impune, a parlamentar protocolou o Projeto de Lei 3863/2021, que determina a obrigatoriedade de placas informativas no transporte público urbano do País e em locais onde esse tipo de atentado ocorre com mais frequência.

Ônibus, trens, metrô e terminais terão expostos

material impresso, digital ou aviso sonoro com a seguinte informação aos passageiros e condutores: “Importunação Sexual é Crime! Denuncie – Disque 180 ou Disque 100. Código Penal – Art. 215-A – Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro. Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos.” Com essa iniciativa, a deputada procura garantir que todos os cidadãos sejam informados sobre a gravidade desse crime e suas consequências legais.

Os casos de importunação sexual podem ser denunciados no Disque 180 (Disque Mulher) ou 190 (Polícia Militar). Especialistas recomendam que as vítimas, se possível, deem preferência para Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) ou procurem a delegacia mais próxima, levando alguma testemunha ou pessoa de confiança, caso haja possibilidade. Ao fazer a representação, as vítimas devem citar e pedir que o caso seja enquadrado pela Lei de Importunação Sexual 13.718/2018.

PROTOCOLO NÃO É NÃO

Autora de outras duas leis de proteção à mulher, a deputada Renata Abreu também é relatora do Projeto de Lei 3/2023 que cria o Protocolo “Não é Não”. Aprovado pela Câmara dos Deputados, a proposta protege as mulheres contra assédio, violência e constrangimentos em boates, casas de shows e outros estabelecimentos em que há venda de bebida alcoólica. O texto estabelece que, na equipe dos estabelecimentos, haja pelo menos uma pessoa qualificada para atender ao protocolo. Também deverá ser mantida, em locais visíveis, a informação sobre como acioná-lo, assim como dos telefones da Polícia Militar e da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180). O descumprimento, total ou parcial, do Protocolo “Não é Não” implicará em advertência e em outras penalidades previstas em lei.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

SARGENTO PORTUGAL QUER 8 ANOS DE PRISÃO PARA MAUS-TRATOS A ANIMAIS

O PL 3.424/2023, de 5 de julho de 2023, proposto pelo deputado Sargento Portugal (Podemos-RJ), busca alterar a Lei nº 9.605/1998 e endurecer as sanções penais e administrativas relacionadas a condutas lesivas ao meio ambiente. O principal objetivo da iniciativa é modernizar a legislação e propor punições mais rigorosas a fim de combater os maus-tratos de animais silvestres ou domésticos, pertencentes ou não da nossa fauna. A proposta aguarda aprovação do Congresso Nacional.

Originalmente, o Código Penal brasileiro possuía poucas disposições sobre animais e nada específico sobre a proteção da fauna e flora. A legislação passou por algumas atualizações que abordaram o tema e estabeleceram punições para crimes ambientais. Mas, o Decreto nº 6.514/2008, por exemplo, que trata das infrações administrativas ao meio ambiente, não tipifica crimes nem estabelece penalidades específicas.

Por essa razão, Portugal defende que é urgente rever as penas, já que muitas podem ser consideradas muito brandas, o que permite que os infratores voltem a cometer os mesmos delitos. Na proposta do parlamentar, o crime de maus tratos será passível de detenção de 5 a 8 anos, multa e proibição da guarda, para os casos de animais domésticos.

Outra de suas preocupações é o tráfico de animais

silvestres. De acordo com o Relatório Nacional sobre o Tráfico de Fauna Silvestre (RENCTAS), anualmente cerca de 38 milhões de espécimes são traficados no Brasil. Após a captura, os animais são submetidos a práticas agressivas durante o transporte, como sedação e confinamento em tubos de PVC ou meias de nylon. Além de proteger a vida selvagem, até mesmo de espécies ameaçadas de extinção, o parlamentar acredita que o PL irá desencorajar o abandono e coibir outras formas de crueldade contra os animais domésticos. “Os infratores, sejam traficantes ou pessoas que tratam animais domésticos de forma cruel, estão sujeitos a infrações penal, administrativa e civil. Mas, com penas tão suaves, a proteção aos animais muitas vezes é negligenciado pelo poder público”, explica Portugal.

As leis de proteção animal, ainda, têm impacto positivo na sociedade como um todo. De acordo com a Animal Welfare Institute, pessoas que maltratam animais têm maior probabilidade de cometer violência contra outros seres humanos. Ao estabelecer punições para os agressores e promover a conscientização sobre o respeito aos animais, essas leis ajudam a construir uma sociedade mais pacífica e compassiva.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“Ao estabelecer punições para os agressores e promover a conscientização sobre o respeito aos animais, essas leis ajudam a construir uma sociedade mais pacífica e compassiva”

A man with dark hair, wearing a dark suit, a light blue shirt, and a patterned tie, is speaking into a microphone. He has a small pin on his lapel. The background is a plain, light-colored wall.

“Diante desse encargo elevado e da injustiça de haver entes subnacionais com ônus bem superior a outros entes de mesma natureza, imprescindível alterar a legislação previdenciária”

APROVADO PROJETO QUE REDUZ EM 50% CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS MUNICÍPIOS

Reduzir pela metade a alíquota de contribuição previdenciária paga à União pelos municípios vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Esse é o objetivo de um projeto substitutivo relatado pelo deputado Romero Rodrigues (Podemos-PB) na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara.

A proposta, caso aprovada, beneficiará 153 cidades da Paraíba que ainda não têm Regime de Previdência próprio – e mais de 3,4 mil municípios brasileiros.

Pelo projeto, municípios vinculados ao RGPS que hoje contribuem para a União com uma alíquota média de 22%, sobre a folha de pessoal, passariam a ter que retirar dos cofres municipais apenas a metade desse percentual. Isso aproximaria o montante do índice praticado (em média) por municípios com Regime Previdenciário próprio, cuja alíquota máxima é de 14%.

“Diante desse encargo elevado e da injustiça de haver entes subnacionais com ônus bem superior a outros entes de mesma natureza, imprescindível alterar

a legislação previdenciária para assegurar às prefeituras municipais, que recolhem ao RGPS, uma contribuição previdenciária diferenciada”, observa o deputado em seu parecer.

“É possível adotar a redução da contribuição previdenciária pretendida pelos Projetos de Lei nº 9.117, de 2017, nº 2.208, de 2021, e nº 2.822, de 2021. Julgamos adequada a redução de 50% (cinquenta por cento) na alíquota da folha de salários, mas preservando a atual alíquota destinada ao financiamento dos benefícios por incapacidade (RAT)”, reitera Romero, em outro trecho do documento.

O projeto também passará pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal, a quem cometida a análise do mérito e a conveniência da renúncia de receita decorrente de redução de alíquota, do ponto de vista tributário, “bem como a análise de adequação financeira e orçamentária”.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

ARTIGO

INCLUIR TODOS, EXCLUIR NINGUÉM

Quando falamos sobre a luta das pessoas com deficiência, há muito mais direitos a serem reivindicados do que comemorados. Segundo a mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2022 (PNAD Contínua), realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 19,5% das 18,9 milhões de pessoas com deficiência no Brasil são analfabetas, em contraste com o índice de analfabetismo na população sem deficiência, que é de apenas 4,1%.

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 garante que a educação é um direito de todos, um dever do Estado e deve ser incentivada buscando o desenvolvimento e o preparo do indivíduo para o exercício da cidadania e qualificação profissional. Ora, se a nossa Carta Magna garante este direito, por qual motivo ainda temos quase 4 milhões de pessoas com deficiência que não estão alfabetizadas? Precisamos entender o porquê disso estar acontecendo e fazer uma mudança profunda em toda a estrutura responsável por levar educação à população brasileira.

Na Câmara dos Deputados, tenho buscado atender os anseios e necessidades da população com deficiência. Está em tramitação o Projeto de Lei nº 1463/2022, de minha autoria, que garante o direito das pessoas com deficiência à aprendizagem ao longo da vida, nos diferentes tipos, etapas e modalidades, desde o primário até a universidade. É essencial que nós, como

representantes e legisladores, olhemos para essas pessoas com a finalidade de aplicar políticas públicas que valorizem e protejam essa parcela da população que, em muitas situações, fica marginalizada. Eu cobro os meus colegas de parlamento e outras autoridades para que, em conjunto, nós pensem em ideias para beneficiar os brasileiros com deficiência.

Como forma de chamar ainda mais a atenção para a necessidade de um ensino adaptado, apresentei também o Projeto de Lei nº 5671/2019, que cria o Setembro Verde, dedicado à inclusão social. É necessário, de forma incisiva, jogar luz sobre o sistema educacional, que mais exclui do que inclui pessoas com deficiência. Ampliar a discussão para garantir que essa parcela da população tenha seus direitos assegurados é um pilar importante, inclusive, para a democracia.

Dedico este artigo às pessoas com deficiência e faço um apelo para que todos os dias sejamos levados a propagar a conscientização de que pessoas com deficiência têm direito a uma educação de qualidade e adaptada às suas necessidades. Devemos incluir todos, excluir ninguém: essa é a minha política.

DEPUTADO FEDERAL GLAUSTIN DA FOKUS, PODEMOS-GO

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.





“Se a nossa Carta Magna garante este direito, por qual motivo ainda temos quase 4 milhões de pessoas com deficiência que não estão alfabetizadas? Precisamos entender o porquê”



“Essa aprovação é um sinal da promoção de um futuro mais consciente e sustentável, mas também demonstra meu compromisso inabalável com combate à impunidade”

BRUNO GANEM COMEMORA DUPLA VITÓRIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM PROL DA CAUSA ANIMAL

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) acatou, dois relatórios favoráveis do deputado federal Bruno Ganem, de São Paulo. A primeira proposta estabelece que empresas de telefonia e concessionárias de energia e água sejam obrigadas a veicular canais de denúncia de crimes de maus-tratos aos animais, bem como frases de conscientização em defesa dos animais, nas contas mensais enviadas aos consumidores. A medida é de autoria do deputado Célio Studart (PSD-CE).

“Essa aprovação é um sinal da promoção de um futuro mais consciente e sustentável, mas também demonstra meu compromisso inabalável com combate à impunidade daqueles que insistem em desrespeitar qualquer tipo de animal”, defende o parlamentar.

O segundo projeto aprovado, o PL 402/2023, aborda uma questão igualmente relevante: a inclusão de espaços exclusivos e cercados destinados aos animais de estimação caninos e felinos nos empreendimentos do

Programa Minha Casa, Minha Vida. A matéria tem como autores os deputados Marangoni e Felipe Becari, ambos do UNIÃO-SP.

“O sonho da casa própria para algumas famílias acabou se tornando um verdadeiro pesadelo para os tutores de animais domésticos, tendo em vista que, em alguns casos, eles foram impedidos de levá-los para a nova residência, pelo fato de não existir espaços destinados aos animais dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida, obrigando muitos doarem ou abandonarem seus pets. O projeto aprovado corrige essa lacuna”, afirma Ganem.

O deputado também lembrou que é dele a emenda que garante que moradores do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida não sejam impedidos de habitar com seus animais domésticos nas residências, respeitando as normas vigentes.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“A simples migração do sistema tributário colocará o Brasil em um ciclo virtuoso, viabilizando até mesmo um possível ingresso à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)”

ARTIGO

IVA 5.0 SERÁ O GRANDE DIFERENCIAL NA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

O grande diferencial do projeto de Reforma Tributária que foi aprovado na Câmara e que agora tramita no Senado, será o IVA – Imposto sobre Valor Agregado. O IVA promoverá uma verdadeira revolução na modernização do Sistema Tributário Nacional. A cobrança eletrônica 5.0 ocorrerá no ato do pagamento da compra, retendo o imposto e transferindo o valor líquido para empresa do produto da mesma, gerando um crédito financeiro. O Comitê gestor automaticamente - sem a mão humana - da empresa para declarar o imposto como ele faz hoje na nota de entrada, nota de saída, não vai mais precisar preencher o DARF, nem pagar, o pagamento será automático e gerará um crédito financeiro para as empresas. Tal mudança resolve o problema das perdas dos estados e municípios, garante a arrecadação dos Fundos nos próximos anos, inserindo-se nos 10 melhores modelos do mundo.

Alguns setores ainda não compreenderam os impactos positivos que teremos com a Reforma Tributária. Estudos indicam que a mudança no sistema pode aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) potencial do Brasil em 20%, em 15 anos. Isso significa que os ganhos esperados têm condições de compensar qualquer perda setorial específica de curto prazo. Estudo recente do Ministério da Fazenda estimou que “... a alíquota padrão total do novo modelo (alíquota do IBS mais alíquota da CBS) chegaria a 25,45%. Já no cenário conservador (que considera um hiato de conformidade de 15%), a alíquota-padrão

total chegaria a 27%...”. Ou seja, a análise estrutural do Ministério da Fazenda coincide com a nossa estimativa da alíquota tributária.

Além disso, a simples migração do sistema tributário colocará o Brasil em um ciclo virtuoso, viabilizando até mesmo um possível ingresso à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - o chamado “clube dos países ricos” - e a melhora na nota de crédito soberano do país pelas grandes agências de classificação de risco. O modelo atual traz imenso prejuízo para as empresas, para os trabalhadores, desemprego, baixos salários, e para a população brasileira, que “paga o pato” da carga tributária. É importante ressaltar que o Brasil deixou de crescer exatamente por conta das inadequações, impropriedades e inconsistências do “manicômio tributário e jurídico e do Frankenstein funcional” que mata a empresa, o emprego, o salário líquido e mata o poder de compra do povo brasileiro. A boa notícia é que, assim como foi aprovada pela Câmara, acredito que em poucos dias a Reforma Tributária será aprovada no Senado.

“Estudos indicam que o novo sistema pode aumentar o PIB do potencial Brasil em 20%, em 15 anos. Os ganhos esperados irão compensar qualquer perda setorial específica de curto prazo”.

DEPUTADO FEDERAL LUIZ CARLOS HAULY, PODEMOS-PR

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

RUY DEFENDE TRANSPARÊNCIA NAS FILAS DE CIRURGIAS E PROCEDIMENTOS MÉDICOS DO SUS; DEPUTADO RELATA PROJETO SOBRE O TEMA

A falta de transparência nas filas de pacientes que aguardam por cirurgias e procedimentos médicos no Sistema Único de Saúde está sendo criticada e combatida pelo deputado federal Ruy Carneiro, da Paraíba. O parlamentar assumiu a relatoria de um projeto de lei que trata da temática e deve ser votado e breve no Plenário da Câmara.

Ruy ressalta que a iniciativa será uma das mais importantes para a melhoria da saúde pública. “Quem vive o dia a dia do SUS, sabe bem o que acontece em todo o país. Defendo transparência nesse processo. É preciso que todos os pacientes tenham acesso a posição na lista de espera por uma cirurgia”, destaca.

O deputado afirma que, além de garantir mais agilidade nos sistemas de saúde, a matéria vai acabar com a interferência política na realização dos procedimentos cirúrgicos.

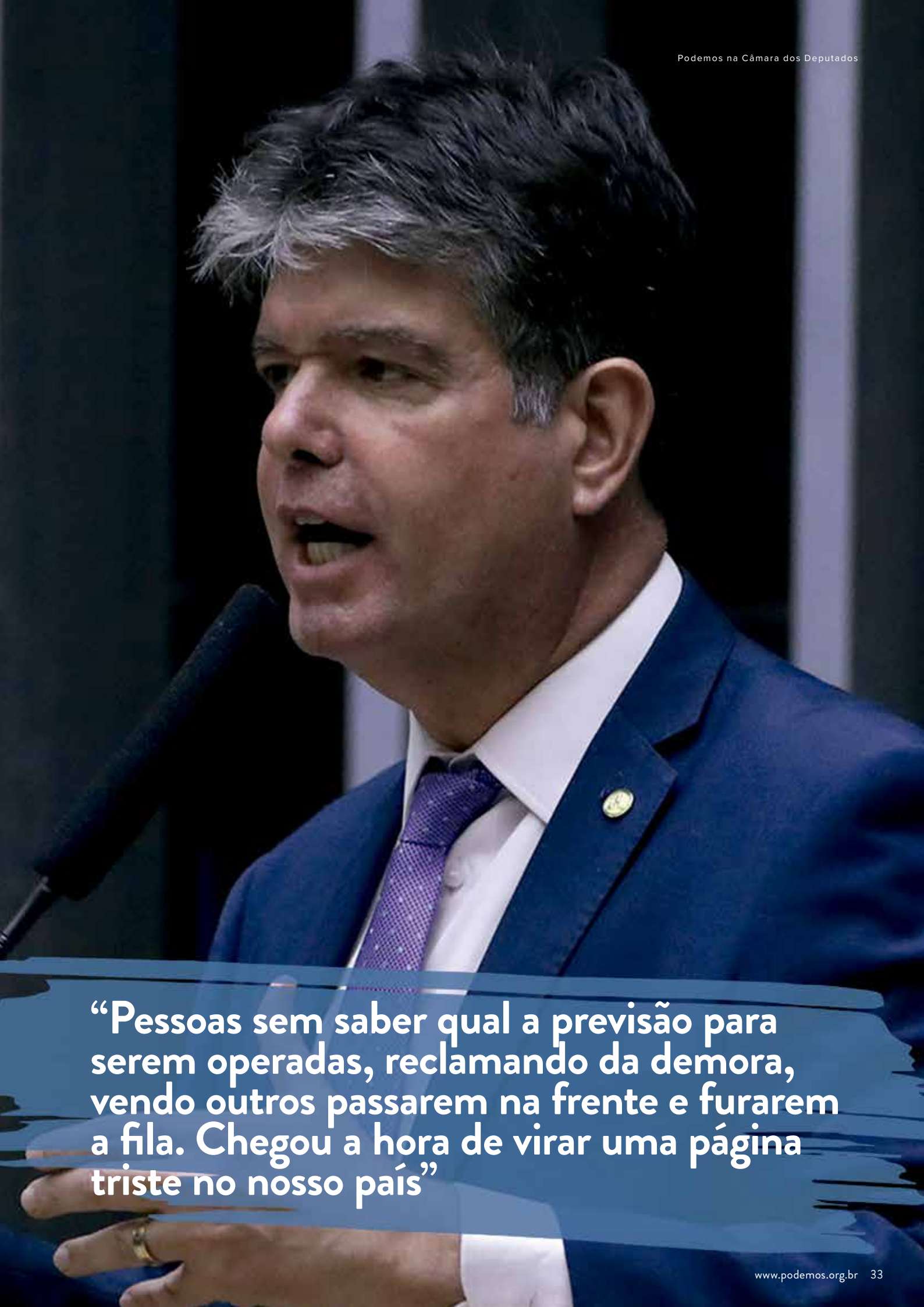
“Tenho ampla relação com os serviços de saúde,

sobretudo com os hospitais filantrópicos, e acompanho essa realidade diariamente. Pessoas sem saber qual a previsão para serem operadas, reclamando da demora, vendo outros pacientes passarem na frente e furarem a fila. Chegou a hora de virar uma página triste no nosso país. Os brasileiros clamam por isso”, acrescenta.

O Projeto de Lei 10.106/2018 torna obrigatória a publicação das listas de pacientes que serão submetidos a procedimentos cirúrgicos eletivos no SUS. A iniciativa inclui a União, estados, municípios, Distrito Federal e entidades privadas de saúde que realizam cirurgias médicas com recursos do Sistema Único de Saúde.

As informações devem ser divulgadas nos canais oficiais desses segmentos na internet. O descumprimento da lei será considerado ato de improbidade administrativa.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

A man with dark hair, some grey at the temples, is shown from the chest up, speaking into a black microphone. He is wearing a dark blue suit jacket, a white shirt, and a purple patterned tie. A gold lapel pin is visible on his jacket. The background is dark and out of focus.

“Pessoas sem saber qual a previsão para serem operadas, reclamando da demora, vendo outros passarem na frente e furarem a fila. Chegou a hora de virar uma página triste no nosso país”



ARTIGO

TURISMO NO BRASIL: APESAR DOS DESAFIOS, O MOMENTO É DE OTIMISMO

O Brasil, com suas belezas naturais e riqueza cultural, tem todos os atributos para se tornar um líder no turismo global. Para chegar nesse objetivo, precisamos admitir que estamos aquém do nosso potencial e abaixo da média mundial em termos de participação do turismo no PIB. Este é um desafio que merece nossa atenção e ação conjunta.

O turismo é um setor que não apenas atrai visitantes, mas também gera empregos, estimula o comércio local e impulsiona diversas áreas da economia. Nosso país já apresenta números impressionantes, com uma expectativa de arrecadação de R\$752,3 bilhões de reais este ano, o que equivale a 7,8% do PIB nacional.

Esse crescimento de 5% em relação ao período pré-pandemia é motivo de celebração, mas também é um lembrete de que temos margem para expansão. A comparação com a média mundial de 10% de contribuição do turismo para o PIB é um indicativo claro de que temos espaço para melhorias substanciais.

A celebração de 20 anos do Ministério do Turismo, este ano, nos lembra de nossa trajetória e do progresso alcançado. Nesse momento, desafio todos e todas a

olharem para o futuro e trabalhar de forma incansável para que o Brasil alcance seu verdadeiro potencial como um dos destinos turísticos líderes no mundo.

A criação do Ministério do Turismo foi um passo fundamental para coordenar as ações necessárias em prol do setor. A articulação entre diferentes pastas do governo, como Transportes, Trabalho e Emprego, Fazenda e Planejamento, é vital para lidar com as complexas questões que envolvem o turismo.

Estou otimista. Mas meu otimismo é baseado em dados objetivos, como os levantados pelo Relatório de Impacto Econômico do Conselho Mundial de Viagens e Turismo. A projeção para os próximos dez anos é igualmente promissora, com a previsão de que o turismo contribua com quase US\$169 bilhões de dólares para o PIB até 2033, gerando mais de 9 milhões de empregos.

Esses dados apontam para uma trajetória de crescimento contínuo do turismo brasileiro, respaldada pelo nosso compromisso com o desenvolvimento e aprimoramento do setor.

DEPUTADO FEDERAL ROMERO RODRIGUES, PODEMOS-PB

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

JUNTOS PODEMOS

 **podemos.org.br**

SEDE NACIONAL

SHIS QI, 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (61) 98587-1919

 contato@podemos.org.br     @podemos19

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Vitorino de Moraes, 156

Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP

CEP: 04714-030

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br     @podemos19

 **podemos**
CÂMARA